



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Departamento Geral de Ações Socioeducativas
COOAFI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

Processo nº SEI-030002/008229/2024

CONTRATANTE (Unidade Gestora – UG: 210700)

Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE
Estado do Rio de Janeiro

OBJETO

Aquisição de mobiliário.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.037.209,43 (três milhões, trinta e sete mil, duzentos e nove reais e quarenta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/12/2025, às 10:00 hs. (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA

Aberto

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELO DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS – DEGASE

PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2025

Torna-se público que o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS – DEGASE, sediado na Rua Taifeiro Osmar de Moraes, Nº 111, Galeão, Ilha do Governador – RJ, CEP 21.941-455, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 48.778, de 2023, e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de mobiliário para as Unidades do DEGASE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em lote único, formado por um item, conforme tabela abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos o item que o compõe:

Nº	ID	Item	UN MED	QUANT
1	107703	ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS ARMARIO ESCRITORIO,MATERIAL: AGLOMERADO, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: N/D, MATERIAL PUXADOR: ACO, DIMENSAO (L X H X P): 800 X 500 X 1600 MM, PRATELEIRA: 3, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ARMARIO ALTO Código do Item: 7110.001.0359 (ID - 107703)	UND	385
2	135794	ARQUIVO PASTA SUSPensa ARQUIVO PASTA SUSPensa,MATERIAL: ACO, REVESTIMENTO: ACO, QUANTIDADE GAVETAS: 04, DIMENSAO INTERNA: N/A, LARGURA: 0,40 ~ 0,50 M, PROFUNDIDADE: 0,68 ~ 0,70 M, ALTURA: 1,30 ~ 1,40 M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 7110.002.0048 (ID - 135794)	UND	312
3	134334	ARMÁRIO BAIXO COM 02 PORTAS ARMARIO ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: N/A, MATERIAL PUXADOR: PLASTICO ABS, DIMENSAO (L X H X P): 800 X 740 X 500 MM, PRATELEIRA: 01 PRATELEIRA, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BAIXO 4 PORTAS COM FECHADURA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 7110.001.0544 (ID - 134334)	UND	298
4	172349	GAVETEIRO VOLANTE COM 03 GAVETAS GAVETEIRO,MATERIAL: MDP 18 MM, ACABAMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: BRANCO SEMI-FOSCO E ANTI-REFLEXO, GAVETA: 3 GAVETAS, DIMENSAO (L X H X P): 330 ~ 400 X 500 ~ 600 X 460 ~ 470 MM, ACESSORIO: RODIZIO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 7110.007.0285 (ID - 172349)	UND	659
5	33324	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA LONGARINA SALA ESPERA - RECEPCAO,MATERIAL ASSENTO-ENCOSTO: N/D, NUMERO LUGARES: 3, MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, MODELO: COM APOIO BRACO, REVESTIMENTO CONTRA ENCOSTO: POLIPROPILENO, ACABAMENTO: PINTURA EPOXI, REVESTIMENTO ESTOFAMENTO: TECIDO MM Código do Item: 7110.008.0005 (ID - 33324)	UND	280
6	168366	MESA DE REUNIÃO REDONDA DIAMETRO 1200 MM MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP COM RESINA FENOLICA, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, MATERIAL ESTRUTURA: METALICO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI/ALUMINIO POLIDO, DIMENSAO: 1200 MM DE DIAMETRO, MODELO: REUNIAO REDONDA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 7110.009.1037 (ID - 168366)	UND	212
7	127463	MESA DE REUNIÃO OVAL MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO (L X H X P): 2400 X 1200 X 730 MM, MODELO: REUNIAO OVAL, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 7110.009.0798 (ID - 127463)	UND	10
8	127441	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 800 X 600 X 730 MM MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 800 X 600 X 730 MM, MODELO: RETA Código do Item: 7110.009.0778 (ID - 127441)	UND	455
9	78560	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1200 X 600 X 730 MM	UND	516

		MESA ESCRITORIO, MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 1200X600X730MM, MODELO: RETA		
		Código do Item: 7110.009.0299 (ID - 78560)		
10	168606	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1400 X 600 X 730 MM	UND	398
		MESA ESCRITORIO, MATERIAL: AGLOMERADO, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 1,40M X 0,60M X 0,73M, MODELO: MESA RETA DIRETOR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.009.1041 (ID - 168606)		

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA (www.compras.rj.gov.br).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SIGA até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 2.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item 2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e no Decreto n.º 42.063, de 2009, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

2.6. A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

2.7.9. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.3 e 2.7.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.3 e 2.7.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3. DAS DECLARAÇÕES E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e

que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.5. cumpre as exigências de elaboração independente de proposta previstas no Decreto nº 43.150, de 24 de agosto de 2011;

3.3.6. Caso o objeto seja uma prestação de serviços, que cumpre a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei estadual nº 7.382, de 14 de junho de 2016;

3.3.7. que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade das declarações de que tratam os itens 3.3 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e das declarações pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca/ Fabricante que correspondam às especificações do Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do serviço contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte, devido à natureza dos serviços, poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, uma vez que a atividade em tela se enquadra no rol de atividades regulamentadas para tributação pelo Simples Nacional.

4.8. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo deste Edital referente ao orçamento estimado (art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021);

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.11.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- 5.9. Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, e caso o sistema eletrônico de contratações utilizado possua essa funcionalidade, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.4.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação das microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 42.063, de 2009.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro negociará condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.1.1 A negociação ocorrerá sempre que a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou do orçamento estimado para a contratação, ou inferior ao desconto definido para a contratação, e poderá ser dispensada, nos demais casos, mediante justificativa da provável inefetividade da negociação.
- 6.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.1.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.1.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.1.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.2 Encerrada a negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos [arts. 32 a 38 do Decreto nº 48.778/2023](#).

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.3.1. contiver vícios insanáveis;

6.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.

6.5 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 37 do [Decreto nº 48.778/2023](#).

6.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.5.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.5.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra ou Catálogo de Especificações Técnicas (CET), conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta, caso os produtos a serem entregues não obedeam as referências contidas no Anexo único do Termo de Referência.

6.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. Caso a amostra não seja retirada pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias, presumir-se-á seu desinteresse em relação à retirada da amostra, que poderá ser descartada ou incorporada ao patrimônio do contratante.

6.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.20. As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo fornecedor.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 O Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.9 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.enj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e

f) módulo Registro de Ocorrências do SIGA.

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#).

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.8 e 3.5 deste Edital.

7.5 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação que trata o Anexo referente aos requisitos de habilitação deste Edital apenas ao licitante vencedor.

7.6 O Pregoeiro concederá prazo, não superior a 5 (cinco) dias úteis, para encaminhamento dos documentos de habilitação, em formato digital, por meio do sistema, sob pena de inabilitação.

7.6.1 A verificação, pelo Pregociro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões é obrigatória, e o licitante não poderá ser inabilitado pela ausência de encaminhamento de documento de habilitação sem que essa diligência seja tomada.

7.6.2 A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, na forma do art. 42, § 2º, do Decreto nº 48.778/2023.

7.6.3 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.7 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.8 O Pregociro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.9 Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

7.11 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

7.12 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.12.1 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.12.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.13 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 42.063/2009.

7.14 No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, cujo valor estimado da contratação não supere o limite do disposto na alínea c do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea c do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, somente será exigida:

- a) das pessoas jurídicas, a comprovação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal estadual, à Seguridade Social e ao FGTS e a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- b) das pessoas físicas, a comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Estadual.

7.15 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.15.1 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

7.15.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.16 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.16.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e forem exigidos neste Edital requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.17 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

7.17.1 Caso seja feita a opção pela opção da certidão referida no item 7.6.2, esta seguirá, como prazo de validade, a sistemática própria estabelecida em âmbito federal constante do SICAF.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS

8.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.1.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail funcional divlog.cooafi@novodegase.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento.

8.1.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.1.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.1.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente conforme art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 48.778/2023, nos autos do processo de licitação.

8.1.5 Modificado substancialmente o Edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8.2 Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 15 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2.1 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional divlog.cooafi@novodegase.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento, contados:

- a) a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.

8.2.2 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.2.3 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.2.4 Caberá ao Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.2.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.2.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.2.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá proceder na forma dos incisos I a III do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, ou adjudicar o objeto e homologar a licitação, quando verificada a regularidade do procedimento.

10. DA CONVOCAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

10.1 Uma vez homologado o resultado da licitação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, bem como para demonstrar o atendimento às exigências deste Edital e do Termo de Referência que devam ser apresentadas no momento de assinatura do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.

10.4 Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas na lei e neste Edital e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.

10.5.1 A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 10.4.

10.6 No momento da assinatura do Contrato, o adjudicatário apresentará certidão de cumprimento de cota de aprendiz, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de atendimento aos arts. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

10.7 Caso o valor da contratação se enquadre no limite previsto na legislação vigente, o licitante vencedor deverá demonstrar que mantém Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

10.7.1 Caso o licitante vencedor ainda não tenha programa de integridade instituído, deverá implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da assinatura do Contrato, na forma da legislação vigente.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

11.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. PAGAMENTO

12.1. O CONTRATANTE deverá pagar o preço ao CONTRATADO em 01 (uma) parcela única e integral, na conta corrente de titularidade do CONTRATADO a ser indicada, junto à instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro.

12.2. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.

12.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021 e arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 4887/2023.

12.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

12.4. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, situada na Rua Taifeiro Osmar de Moraes, nº 111 – Galeão, Ilha do Governador – Rio de Janeiro/RJ, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro ou para o endereço eletrônico divlog.cooafi@novodegase.rj.gov.br.

12.5 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá verificar:

a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;

b) por consulta aos cadastros mencionados no item 7.1, se o contratado foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e

c) por consulta ao SICAF, eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.5.3 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

12.6 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

12.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

12.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.7.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

12.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contratado, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

12.9 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

12.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo contratado, ficando vedada a emissão de empenho do contratante diretamente aos subcontratados, ressalvada, nos casos de prestação de serviços, a hipótese dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.11.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo contratado.

13. PRAZO CONTRATUAL

13.1. O prazo de vigência do Contrato de Fornecimento é de 12 (doze) meses, contado da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

13.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento e no Contrato.

14. REAJUSTE

14.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do CONTRATADO.

14.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

14.4. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5.1 Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

14.8.1 Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

14.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

14.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

14.11. O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

14.12. O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 14.133/2021.

15. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

15.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital, na forma do Decreto nº 48.817, de 2023.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

16.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

16.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

16.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

16.1.5.4 deixar de apresentar amostra; ou

16.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

16.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

16.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

16.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

16.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

16.1.12 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

16.2 O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 16.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 16.1.1 a 16.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 16.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 16.1.2 a 16.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 16.1.8 a 16.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

16.2.2.1 Na hipótese de uma infração ser cometida antes da celebração do Contrato, a base de cálculo da multa do item 16.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

16.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

16.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 16.13.

16.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

16.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 16.1.2 a 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

16.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

16.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2% (dois por cento).

16.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 16.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

16.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

16.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 1 (um) % do valor do Contrato.

16.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

16.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

16.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

16.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

16.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 16.2.1, 16.2.2 e 16.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 16.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário de Estado; ou

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

16.7 A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

16.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

16.7.2 A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 16.2.1 e 16.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 16.2.3 e 16.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

16.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

16.8 A aplicação das sanções previstas no Edital e no Contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

16.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 16.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

16.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

16.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

16.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no Edital e/ou no Contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado.

16.11.1 O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

16.12 O contratante deverá remeter para o Órgão Central de Logística (SUBLOG) o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

16.12.1 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

16.13 Caso não seja efetuado o pagamento da multa aplicada ou o valor seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor total ou do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

16.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

16.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

17. DA VISTORIA

17.1. A visita técnica (prévia) é direito facultado aos interessados, para realização de avaliação prévia do local de entrega dos materiais para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local de entrega. Os interessados deverão fazer contato, via e-mail (disup.coafi@novodegase.rj.gov.br), com a Divisão de Almoarifado do DEGASE, para receber orientações de como realizar o agendamento.

17.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da entrega, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.11.1.	ANEXO I	Termo de Referência
18.11.2.	ANEXO II	Documentação exigida para Habilitação
18.11.3.	ANEXO III	Estudo Técnico Preliminar
18.11.4.	ANEXO IV	Orçamento estimado
18.11.5.	ANEXO V	Modelo de apresentação da proposta



Documento assinado eletronicamente por **Helio Domingos Frasso Correa Filho**, Coordenador, em 09/12/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **120486989** e o código CRC **CF79E6FD**.

ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de mobiliários diversos destinados a melhora e modernização dos mobiliários deste Departamento, conforme especificações, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com o Estudo Técnico preliminar deste Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE.

II - DA JUSTIFICATIVA:

É essencial oferecer uma estrutura física adequada e ergonômica para o desempenho das funções laborais de servidores, funcionários, bem como também a necessidade de se proporcionar um ambiente apropriado para os usuários deste Departamento. Baseado nesta premissa, destacou-se a necessidade de se reestruturar e padronizar o mobiliário das edificações ocupadas pelo DEGASE já existentes, bem como mobiliar as futuras instalações, com vistas a manutenção de reserva técnica, reposição e substituição de equipamentos antigos e/ou obsoletos.

III - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objetivo de mobiliário diversos para atender a melhora e modernização dos mobiliários do DEGASE, conforme quantidades e especificações descrito abaixo :

Nº	ID	Item	UN MED	QUANT
1	107703	ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS	UND	385
		ARMARIO ESCRITORIO,MATERIAL: AGLOMERADO, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: N/D, MATERIAL PUXADOR: ACO, DIMENSAO (L X H X P): 800 X 500 X 1600 MM, PRATELEIRA: 3, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ARMARIO ALTO		
		Código do Item: 7110.001.0359 (ID - 107703)		
2	135794	ARQUIVO PASTA SUSPensa	UND	312
		ARQUIVO PASTA SUSPensa,MATERIAL: ACO, REVESTIMENTO: ACO, QUANTIDADE GAVETAS: 04, DIMENSAO INTERNA: N/A, LARGURA: 0,40 ~ 0,50 M, PROFUNDIDADE: 0,68 ~ 0,70 M, ALTURA: 1,30 ~ 1,40 M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.002.0048 (ID - 135794)		
3	134334	ARMÁRIO BAIXO COM 02 PORTAS	UND	298
		ARMARIO ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: N/A, MATERIAL PUXADOR: PLASTICO ABS, DIMENSAO (L X H X P): 800 X 740 X 500 MM, PRATELEIRA: 01 PRATELEIRA, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BAIXO 4 PORTAS COM FECHADURA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.001.0544 (ID - 134334)		
4	172349	GAVETEIRO VOLANTE COM 03 GAVETAS	UND	659
		GAVETEIRO,MATERIAL: MDP 18 MM, ACABAMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: BRANCO SEMI-FOSCO E ANTI-REFLEXO, GAVETA: 3 GAVETAS, DIMENSAO (L X H X P): 330 ~ 400 X 500 ~ 600 X 460 ~ 470 MM, ACESSORIO: RODIZIO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.007.0285 (ID - 172349)		
5	33324	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA	UND	280
		LONGARINA SALA ESPERA - RECEPCAO,MATERIAL ASSENTO-ENCOSTO: N/D, NUMERO LUGARES: 3, MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, MODELO: COM APOIO BRACO, REVESTIMENTO CONTRA ENCOSTO: POLIPROPILENO, ACABAMENTO: PINTURA EPOXI, REVESTIMENTO ESTOFAMENTO: TECIDO MM		
		Código do Item: 7110.008.0005 (ID - 33324)		
6	168366	MESA DE REUNIÃO REDONDA DIAMETRO 1200 MM	UND	212
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP COM RESINA FENOLICA, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, MATERIAL ESTRUTURA: METALICO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI/ALUMINIO POLIDO, DIMENSAO: 1200 MM DE DIAMETRO, MODELO: REUNIAO REDONDA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.009.1037 (ID - 168366)		
7	127463	MESA DE REUNIÃO OVAL	UND	10
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO (L X H X P): 2400 X 1200 X 730 MM, MODELO: REUNIAO OVAL, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.009.0798 (ID - 127463)		
8	127441	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 800 X 600 X 730 MM	UND	455
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO (L X H X P): 800 X 600 X 730 MM, MODELO: RETA		
		Código do Item: 7110.009.0778 (ID - 127441)		
9	78560	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1200 X 600 X 730 MM	UND	516
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 1200X600X730MM, MODELO: RETA		
		Código do Item: 7110.009.0299 (ID - 78560)		
10	168606	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1400 X 600 X 730 MM	UND	398
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: AGLOMERADO, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 1.40M X 0,60M X 0,73M, MODELO: MESA RETA DIRETOR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.009.1041 (ID - 168606)		

** OS ITENS DEVEM SER IDÊNTICOS AOS CONTIDOS NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II DO EDITAL)

A) Da Amostra

Deverá ser apresentada amostra ou Catálogo de Especificações Técnicas (CET) dos itens, a critério do Pregoeiro/Agente de Contratação, no prazo definido em sessão, para fins de avaliar a adequabilidade do que se pretende fornecer ao detalhamento técnico fixado aos itens da aquisição.

IV - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO :

A aquisição de mobiliário voltado para um ambiente de inovação, representa um passo crucial para impulsionar a criatividade, a colaboração e a produtividade no espaço de trabalho contemporâneo. Ao investir em mobiliário adequado, as organizações estão efetivamente investindo no potencial de seus colaboradores, proporcionando um ambiente físico que promova o bem-estar e a saúde dos funcionários, permitindo que se concentrem mais nas tarefas em mãos e menos nas preocupações com o desconforto físico, tal proposta ainda contempla a inovação, facilita a colaboração e a troca de ideias entre equipes.

Em última análise, a aquisição de mobiliário direcionado à inovação, não é apenas um investimento tangível no espaço físico, mas sim, um investimento estratégico na capacidade da equipe de gerar novas ideias, solucionar desafios complexos e se manter na vanguarda do mercado

V - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO :

A aquisição de novos mobiliários padronizados para o DEGASE se justifica também, pela insuficiência de mobiliários em relação ao quantitativos de servidores, eliminando dessa forma a possibilidade da deterioração da imagem da instituição e possíveis prejuízos a saúde dos servidores, cumprindo assim, o dever e obrigação de zelar e manter bens públicos.

VI - DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA:

Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho no endereço: Estrada das Canárias, 569, B, Galeão, Ilha do Governador - Rio de Janeiro (Divisão de Suprimentos e Almoxarifado).

Serão recebidas nas seguintes condições:

PROVISORIAMENTE, a fim de verificar o atendimento às especificações do Termo de Referência. Caso as especificações não estejam de acordo com o contratado, a empresa Contratada será notificada e deverá complementar ou refazer o serviço em questão, conforme o caso, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

DEFINITIVAMENTE, após vistoria e atesto da adequação das especificações dos serviços executados ao Termo de Referência.

VII – DA ESTIMATIVA DO VALOR:

Posteriormente a pesquisa de preços e análise dos preços coletados obteve-se o orçamento estimado da contratação no valor de **RS 3.037.209,43 (três milhões, trinta e sete mil, duzentos e nove reais e quarenta e três centavos)**.

VIII – DO PAGAMENTO:

À vista, com prazo de 30 (trinta) dias corridos, por meio de nota de empenho depositada em conta corrente da CONTRATADA, em banco oficial do Estado, no valor correspondente e data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do estado do Rio de Janeiro, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização de Contrato.

Deverá ser apresentado junto com as faturas documento.

IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato;
- Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros; e
- Declarar, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.
- Todos os materiais que se fizerem necessários, deverão seguir todas as normas regulamentadoras de padrão, qualidade e segurança, imprescindíveis ao produto adquirido. Constatando qualquer irregularidade o produto será devolvido, exigindo-se a entrega de um novo produto regulamentado com as mesmas características e finalidade.
- Todos os itens deverão conter, caso seja necessário, garantia dada pelo fabricante, conforme estabelecida pelo código de defesa do consumidor.
- A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, garantir condições adequadas para armazenamento e estocagem do material a ser entregue conforme legislação vigente.
- As unidades elencadas, como unidades de estoque, serão responsáveis pelo armazenamento dos materiais entregues pela contratada

X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Nomear a equipe responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pelo preposto da CONTRATADA;
- Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.
- Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato.
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber.
- Relacionar-se com a empresa CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada (preposto).

IX – DAS PENALIDADES:

No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 104, IV c/c 155 da Lei nº. 14.133/2021, a Contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;

2. Multa de:

-20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, caso descumpridos os prazos contratuais ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

-30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

-Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Contratante pelo prazo de até dois (2) anos.

Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Contratante, a Contratada ficará isenta das penalidades supramencionadas.

A multa, citada acima, será recolhida diretamente ao Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da notificação, ou descontada dos pagamentos devidos.

As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada junto com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o Contratante, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

As penalidades previstas nesta seção não têm efeito compensatório, e consequentemente o pagamento/cumprimento delas não exime a Contratada da reparação de eventuais danos que forem causados ao DEGASE ou a terceiros, em decorrência de culpa ou dolo na inexecução parcial ou total dos serviços objeto da contratação.

Comprovada a fraude ou a inidoneidade, a Administração poderá, de imediato ou no tempo estipulado para substituição da Contratada, declarar a rescisão motivada do contrato.

Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 158 da Lei nº. 14.133/2021, observados os prazos e procedimentos nela fixados.

X – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes dos serviços constantes do objeto supra mencionado, correrão à conta da dotação orçamentária própria do Departamento Geral de Ações Socioeducativas, constante da Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2025, na seguinte classificação programática:

UG 210700 – FR 1.500.100 – PT 12.243.0498.8190 – ND 44905223 – Região 3300000

Além da previsão orçamentária, a despesa está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro.

XI - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

- O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
 - Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
 - O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
 - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

XII – RESULTADOS ESPERADOS:

Garantir dignidade, conforto e bem-estar no desempenho das atividades funcionais dos servidores e usuários do DEGASE.

- **Solicitação sintetizada:** aquisição de novos mobiliários com entrega nas unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro.
- **Necessidade sintetizada:** reequipar e substituir com novos mobiliários edificações ocupadas pelo DEGASE já existentes, bem como equipar as novas unidades.
- **Resultado Esperado:** ambiente de trabalho ergonômico para o público interno e adequado para recepção dos usuários.

XIII – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E ACEITABILIDADE DE PREÇO:

- Antes de apresentar a proposta, a promitente Contratada deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade;
- O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente contratação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes;
- Caberá à Contratada consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.
- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. Estas vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021:

"I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista."

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

1.4 Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

1.5 Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.

1.6 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.8 Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, demonstrando que a sua constituição e funcionamento observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

1.9 Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

2.2 Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

2.3 Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

2.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre tais requisitos.

2.7 Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:

2.7.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e

2.7.2 Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

2.8 Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação, conforme o caso, de:

2.8.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações;

2.8.2 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.10 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.

2.10.1 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.

2.10.2 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

2.10.3 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

3.1.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1 Para fins de comprovação da qualificação técnica, ou seja, comprovação de aptidão para o fornecimento de bens, de acordo com as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, será exigido um ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.2.1 Os atestados deverão referir-se a fornecimento no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.2.2 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do fornecimento, a apresentação de diferentes atestados de objetos executados de forma concomitante, resultando na comprovação de capacidade técnico-operacional de uma única contratação.

4.2.3 Em caso de dúvida fundada suscitada pelo pregoeiro, a Administração poderá solicitar ao licitante, em diligência complementar, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executados os objetos.

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. INTRODUÇÃO :

1.1 Informações Básicas:

Número do Processo : SEI-030002/008229/2024

Objetivo: Aquisição de mobiliários em geral (armário alto, arquivo de pasta suspensa, armário baixo, gaveteiro, longarina, mesa de trabalho e mesa de reunião)

Categoria: Aquisição de Bens

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma aquisição de bens ou contratação de serviços (planejamento preliminar) e serve essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica, caracterizar o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência, além do tratamento de seu impacto ambiental. (art. 3º, VI, do Decreto 10.024/19)

Durante o Estudo Técnico Preliminar, diversos aspectos devem ser levantados para que os gestores se certifiquem de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, há condições de atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos valem o preço estimado inicialmente.

A elaboração do presente ETP é em conformidade com o Art 7º do Decreto nº 48.816 de 24 de novembro de 2023, que regulamenta a fase preparatória das contratações de que trata a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

1.2 Objeto da Contratação:

Aquisição de Mobiliário em Geral para atender a necessidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição justifica-se para o atendimento das necessidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), visando melhor ergonomia para longos períodos de trabalho.

As justificativas que apontam para a motivação das aquisições são, principalmente, reposição, substituição de móveis antigos e/ou obsoletos.

É essencial oferecer uma estrutura física adequada e ergonômica para o desempenho das funções laborais de servidores, funcionários, bem como também a necessidade de se proporcionar um ambiente apropriado para os usuários deste Departamento.

Ao investir em mobiliário adequado, as organizações estão efetivamente investindo no potencial de seus colaboradores, proporcionando um ambiente físico que promova o bem-estar e a saúde dos funcionários e usuários.

2.1 Descrição da Necessidade:

Baseado nesta premissa destacou-se a necessidade de se reestruturar e padronizar o mobiliário das edificações ocupadas pelo DEGASE já existentes, bem como mobiliar as futuras instalações.

2.2 Área Requisitante:

Orgão: Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE

Setor Solicitante: Divisão de Bens Móveis e Imóveis - COOAFI / DIVBEMI

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 Requisitos da Contratação

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual (Registro de Empresário);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, podendo ser solicitada todas as alterações contratuais;
- c) No caso de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações apresentar os documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades empresariais, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- g) Declaração da licitante de que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- h) Declaração de empresa optante pelo Simples, se for o caso;
- i) Para os fins do disposto neste Edital, em atendimento à Lei Complementar 123/2006, a licitante deverá apresentar a declaração, juntamente com os demais documentos necessários para habilitação, se for o caso;
- j) Documento, devidamente registrado no órgão competente, provando a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se couber;
- k) Proposta preenchida e assinada pelo representante da empresa;
- l) Apresentação do termo de visita técnica, realizada pelo representante da empresa, até 24 horas antes da realização do certame;
- m) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), devendo constar CNAE de acordo com o objeto social e bem como com o objeto do presente pregão, sendo vedado CNAE genérico;
- n) Comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS);
- o) Comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa do Imposto sobre Serviços (ISS);
- p) Comprovação de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- q) Comprovação de regularidade junto a Justiça do Trabalho (CNDT);
- r) Comprovação de regularidade junto à Fazenda Federal será efetuada por meio de certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda, na forma do que dispõe a regulamentação federal sobre a matéria;
- s) Carta da empresa proponente assinada por diretor(es) ou pessoa legalmente habilitada, declarando estar ciente das condições do presente certame, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo DEGASE; e que executará o serviço e entregará todo o material de acordo com as especificações fornecidas pelo DEGASE, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado.

3.2. Elencar os requisitos mínimos necessários ao atendimento da necessidade.

O licitante deverá comprovar, por meio de atestados(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado o objeto em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Será aceito o somatório de atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente.

Nos termos da Instrução Normativa do Ministério do Planejamento 05/2017, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão ou se decorrido, pelo menos, um ano de início de sua execução, exceto se firmado em prazo inferior.

A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais e equipamentos para cada colaborador, durante a montagem dos móveis, e quando necessária sua substituição em decorrência de desgastes ou falhas, uniformes e EPIs à mão de obra envolvida.

O licitante deverá disponibilizar apresentar junto aos demais documentos de habilitação, declaração de que possui os documentos infra relacionado ou de que reunirá condições de apresentá-lo no momento da assinatura do contrato:

Documento comprobatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 43.629/2012, assinada pelo representante legal da empresa.

3.3. Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devam ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da CONTRATADA.

No que se refere ao processo em questão, sobretudo no que concerne à prestação de serviço de montagem de móveis e instalações, as práticas de sustentabilidade são de responsabilidade da Contratada, sobretudo no que tange às obrigações trabalhistas, o emprego dos EPIs, e a origem certificada dos materiais utilizados e serão cobradas pelo fiscal na execução do contrato.

Observar, no que couber, as seguintes diretrizes de sustentabilidade, entre outras: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

As execuções dos serviços de entrega e montagens deverão estar em conformidade com a decreto estadual nº 43.629 de 05 de junho de 2012, Instrução Normativa n. 1 de 19 de janeiro de 2010/MPOG. A CONTRATADA obedecerá às seguintes orientações:

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT sobre resíduos sólidos.

3.4. Instrumento de Planejamento

A contratação pretendida está alinhada ao Plano de Contratação Anual - PCA, onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia e efetividade dos respectivos projetos e processo.

4. DEMANDA E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Foi realizado estudo pela Divisão de Bens Móveis e Imóveis para o levantamento de todo o mobiliário já existente e qualquer ajuste quantitativo necessário para padrão ideal de trabalho, de acordo com a realidade de cada unidade administrativa temos:

Nº	ID	Item	UN MED	QUANT
1	107703	ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS	UND	385
		ARMARIO ESCRITORIO,MATERIAL: AGLOMERADO, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: N/D, MATERIAL PUXADOR: ACO, DIMENSAO (L X H X P): 800 X 500 X 1600 MM, PRATELEIRA: 3, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ARMARIO ALTO		
		Código do Item: 7110.001.0359 (ID - 107703)		
2	135794	ARQUIVO PASTA SUSPensa	UND	312
		ARQUIVO PASTA SUSPensa,MATERIAL: ACO, REVESTIMENTO: ACO, QUANTIDADE GAVETAS: 04, DIMENSAO INTERNA: N/A, LARGURA: 0,40 ~ 0,50 M, PROFUNDIDADE: 0,68 ~ 0,70 M, ALTURA: 1,30 ~ 1,40 M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.002.0048 (ID - 135794)		
3	134334	ARMÁRIO BAIXO COM 02 PORTAS	UND	298
		ARMARIO ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: N/A, MATERIAL PUXADOR: PLASTICO ABS, DIMENSAO (L X H X P): 800 X 740 X 500 MM, PRATELEIRA: 01 PRATELEIRA, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BAIXO 4 PORTAS COM FECHADURA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.001.0544 (ID - 134334)		
4	172349	GAVETEIRO VOLANTE COM 03 GAVETAS	UND	659
		GAVETEIRO,MATERIAL: MDP 18 MM, ACABAMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: BRANCO SEMI-FOSCO E ANTI-REFLEXO, GAVETA: 3 GAVETAS, DIMENSAO (L X H X P): 330 ~ 400 X 500 ~ 600 X 460 ~ 470 MM, ACESSORIO: RODIZIO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.007.0285 (ID - 172349)		
5	33324	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA	UND	280
		LONGARINA SALA ESPERA - RECEPCAO,MATERIAL ASSENTO-ENCOSTO: N/D, NUMERO LUGARES: 3, MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, MODELO: COM APOIO BRACO, REVESTIMENTO CONTRA ENCOSTO: POLIPROPILENO, ACABAMENTO: PINTURA EPOXI, REVESTIMENTO ESTOFAMENTO: TECIDO MM		
		Código do Item: 7110.008.0005 (ID - 33324)		
6	168366	MESA DE REUNIÃO REDONDA DIAMETRO 1200 MM	UND	212
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP COM RESINA FENOLICA, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, MATERIAL ESTRUTURA: METALICO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI/ALUMINIO POLIDO, DIMENSAO: 1200 MM DE DIAMETRO, MODELO: REUNIAO REDONDA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.009.1037 (ID - 168366)		
7	127463	MESA DE REUNIÃO OVAL	UND	10
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO (L X H X P): 2400 X 1200 X 730 MM, MODELO: REUNIAO OVAL, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.009.0798 (ID - 127463)		
8	127441	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 800 X 600 X 730 MM	UND	455
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 800 X 600 X 730 MM, MODELO: RETA		
		Código do Item: 7110.009.0778 (ID - 127441)		
9	78560	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1200 X 600 X 730 MM	UND	516
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 1200X600X730MM, MODELO: RETA		
		Código do Item: 7110.009.0299 (ID - 78560)		
10	168606	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1400 X 600 X 730 MM	UND	398
		MESA ESCRITORIO,MATERIAL: AGLOMERADO, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 1,40M X 0,60M X 0,73M, MODELO: MESA RETA DIRETOR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.009.1041 (ID - 168606)		

5 - ANÁLISE DO CENÁRIO

5.1 Levantamento das soluções de mercado

Para alcançar o objeto da contratação em comento o mercado oferece algumas soluções, contudo é norma cogente para o Gestor Público a escolha daquela que mais se subsume às condições do órgão, no que compete a necessidade do resultado pretendido.

Neste sentido, o setor demandante seleciona, nos próximos tópicos, critérios objetivos para ao final deste instrumento sugerir a solução de mercado para a autoridade competente eventualmente ratificar, nos termos do art. 9, I a III do Decreto nº 48.816/2023.

Com o objetivo explicitar quais as soluções existentes no mercado que poderiam ser adotadas foram analisados os modelos principais utilizados pelos Órgãos que integram a Administração Pública. Foram identificados 02 (dois) principais modelos:

a) Dispensa de Licitação :

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

b) Aquisição de mobiliários padronizados com montagem através de Ata de Registro de Preços.:

Adesão a ARP existentes: neste modelo a Administração Pública adere a uma ou mais atas de registro de preços existentes que contemplem parte ou o todo serviço necessário.

6 - JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

As quantidades foram estimadas para cada item e a soma da demanda compreende o objeto a ser contratado.

QUANTIDADES										
Unidades	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	Item 6	Item 7	Item 8	Item 9	Item 10
	266	238	212	445	214	161	0	343	374	269

SEDE ADM	30	2	17	62	1	2	8	7	23	37
Reserva	89	72	69	152	65	49	2	105	119	92
TOTAL	385	312	298	659	280	212	10	455	516	398

7 - CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES

Foram realizadas pesquisas de contratação similares de mobiliário feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração e os requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

Não foram encontradas contratações similares ao material solicitado .

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO PARCELAMENTO)

Esclarece que, sob a perspectiva da Viabilidade Técnica, a fim de preservar a qualidade da integralidade do objeto, não será vantajoso para a Administração o parcelamento do objeto. Deste modo, justifica-se o não parcelamento do objeto, caracterizando economia de custos e otimizando recursos financeiros da Administração, que deve buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes.

9 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

No que tange os impactos ambientais, serão adotados critérios de sustentabilidade sempre que possíveis. Contudo, a contratação não traz impactos ambientais por si, visto que a obrigação de seguir as normas legais e infralegais para a proteção do meio ambiente recai sobre as empresas que fabricam os móveis, e sobre esta recai a responsabilidade de verificar o respeito a normas de proteção ambiental.

10 - DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO BEM OU SERVIÇO COMUM OU SINGULAR

Assim, bens/serviços comuns são todos aqueles rotineiros, usuais, que sejam definidos por especificações conhecidas, sem que se admita, a partir de certas especificações estabelecidas no termo de referência, variações técnicas que possam repercutir na satisfação do Interesse Público.

Assim, também contribui para a interpretação do entendimento, ao afirmar que bens/serviço comum é aquele que pode ser contratado, de modo satisfatório, por intermédio de um procedimento de seleção destituído de sofisticação ou minúcia.

Dá-se o bens/serviço como comum, pois há, também, a devida padronização, pois esse tem um perfil qualitativo definido e praticado pelo mercado.

Cabendo salientar que comum não é o bem/serviço destituído de sofisticação, mas aqueles para cuja contratação satisfatória não se fazem necessárias investigações ou cláusulas mais profundas.

Por tal exposição, concluímos que a solução adotada trata-se de bens/serviço comum, pois: é encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades; é ordinário, sem peculiaridades, ou características especiais, e apresentado com identidade e características padronizadas, e; garante sua caracterização em função das exigências do Termo de Referência e das peculiaridades procedimentais da contratação.

Pelo exposto, o objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/21, art 6º , por possuir padrões de desempenho, características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

11- DURAÇÃO DO CONTRATO :

A contratação deve ser formalizada por Nota de Empenho.

12 - ENQUADRAMENTO LEGAL :

·Lei nº14.133/21, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

·Decreto Estadual nº48.816/2023, regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

13 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, ressaltando que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e caracterizam-se pela economicidade.

ANEXO IV

ORÇAMENTO MÁXIMO ESTIMADO

RELATÓRIO ANALÍTICO DE PESQUISA DE PREÇOS (RAPP)

1 – Introdução

O presente relatório de pesquisa de preços tem como objetivo retratar a realidade dos preços praticados no mercado e definir o orçamento estimado para a contratação dos objetos, conforme descrição abaixo:

Nº	ID	Item	UN MED	QUANT
1	107703	ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MATERIAL: AGLOMERADO, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: N/D, MATERIAL PUXADOR: ACO, DIMENSAO (L X H X P): 800 X 500 X 1600 MM, PRATELEIRA: 3, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ARMARIO ALTO Código do Item: 7110.001.0359 (ID - 107703)	UND	385
2	135794	ARQUIVO PASTA SUSPensa ARQUIVO PASTA SUSPensa, MATERIAL: ACO, REVESTIMENTO: ACO, QUANTIDADE GAVETAS: 04, DIMENSAO INTERNA: N/A, LARGURA: 0,40 ~ 0,50 M, PROFUNDIDADE: 0,68 ~ 0,70 M, ALTURA: 1,30 ~ 1,40 M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 7110.002.0048 (ID - 135794)	UND	312
3	134334	ARMÁRIO BAIXO COM 02 PORTAS ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: N/A, MATERIAL PUXADOR: PLASTICO ABS, DIMENSAO (L X H X P): 800 X 740 X 500 MM, PRATELEIRA: 01 PRATELEIRA, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BAIXO 4 PORTAS COM FECHADURA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 7110.001.0544 (ID - 134334)	UND	298
4	172349	GAVETEIRO VOLANTE COM 03 GAVETAS	UND	659

		GAVETEIRO,MATERIAL: MDP 18 MM, ACABAMENTO: LAMINADO MELAMINICO, COR: BRANCO SEMI-FOSCO E ANTI-REFLEXO, GAVETA: 3 GAVETAS, DIMENSAO (L X H X P): 330 - 400 X 500 - 600 X 460 - 470 MM, ACESSORIO: RODIZIO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
		Código do Item: 7110.007.0285 (ID - 172439)		
5	33324	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA LONGARINA SALA ESPERA - RECEPCAO,MATERIAL ASSENTO-ENCOSTO: N/D, NUMERO LUGARES: 3, MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, MODELO: COM APOIO BRACO, REVESTIMENTO CONTRA ENCOSTO: POLIPROPILENO, ACABAMENTO: PINTURA EPOXI, REVESTIMENTO ESTOFAMENTO: TECIDO MM	UND	280
		Código do Item: 7110.008.0005 (ID - 33324)		
6	168366	MESA DE REUNIÃO REDONDA DIAMETRO 1200 MM MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP COM RESINA FENOLICA, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, MATERIAL ESTRUTURA: METALICO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI/ALUMINIO POLIDO, DIMENSAO: 1200 MM DE DIAMETRO, MODELO: REUNIAO REDONDA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UND	212
		Código do Item: 7110.009.1037 (ID - 168366)		
7	127463	MESA DE REUNIÃO OVAL MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO (L X H X P): 2400 X 1200 X 730 MM, MODELO: REUNIAO OVAL, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UND	10
		Código do Item: 7110.009.0798 (ID - 127463)		
8	127441	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 800 X 600 X 730 MM MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 800 X 600 X 730 MM, MODELO: RETA	UND	455
		Código do Item: 7110.009.0778 (ID - 127441)		
9	78560	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1200 X 600 X 730 MM MESA ESCRITORIO,MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 1200X600X730MM, MODELO: RETA	UND	516
		Código do Item: 7110.009.0299 (ID - 78560)		
10	168606	MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1400 X 600 X 730 MM MESA ESCRITORIO,MATERIAL: AGLOMERADO, REVESTIMENTO: MELAMINICO (FORMICA), MATERIAL ESTRUTURA: ACO CARBONO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI, DIMENSAO: 1,40M X 0,60M X 0,73M, MODELO: MESA RETA DIRETOR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UND	398
		Código do Item: 7110.009.1041 (ID - 168606)		

2 - Resumo da Metodologia de Pesquisa de Preços

A metodologia adotada seguiu os passos aqui descritos:

1. Coleta de preços conforme previsões do Decreto 48.816/2023 e demais normativos;
2. Exclusão de propostas de fornecedores que estejam obviamente fora da realidade;
3. Exclusão de propostas de fornecedores discrepantes através da matriz de análise do desvio padrão;
4. Cálculo do Coeficiente de Variação (CV) para determinar se os preços cotados são inexequíveis ou elevados.

3 - Pesquisa de Preços

De acordo com o que determina o Decreto Estadual nº 48.816/2023, foram cumpridas as etapas de pesquisa mercadológica para o objeto do Termo de Referência.

A consulta de mercado foi realizada mediante fontes diversificadas de pesquisa capazes de representar a realidade do mercado público, observando, de forma cumulativa, os seguintes parâmetros:

ITEM	PARÂMETRO
I	Sistemas Oficiais de governo (Painéis de preços);
II	Contratações Similares feitas pela Administração Pública (PNCP);
III	Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência e de sítios eletrônicos;
IV	Pesquisa com fornecedores mediante solicitação formal de cotação;
V	Pesquisa na base nacional e/ou estadual de notas fiscais eletrônicas;

4 - Preços coletados:

Objeto 1 - ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	31/10/2024	803,00
2	II	PNCP - COMANDO DA MARINHA - CONTR. DIRETA 90049/2024	11/12/2024	1.499,00
3	II	SIGA - SEJES - SEI - 280001/000119/2024	15/10/2024	850,00
4	III	WWW.SHOPPINGMATRIZ.COM.BR	10/12/2024	1.520,10
5	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS - ME)	23/10/2024	780,00
6	IV	ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA	21/10/2024	2.280,00
7	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	3.226,38
8	IV	CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA	17/10/2024	1.307,67
9	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	1.299,00
10	IV	SEAOEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	2.082,00
11	IV	SM MOVEIS DE ITABORAÍ LTDA-ME	17/10/2024	1.500,00
12	V	NOTA FISCAL 6400 - DIMAS IND. DE MÓVEIS LTDA	22/10/2024	1.360,77

Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.

Objeto 2 - ARQUIVO PASTA SUSPENSAS

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	10/12/2024	828,58
2	II	PNCP - MPERJ - CONTR. DIRETA 90024/2024	11/12/2024	984,00
3	III	WWW.SHOPPINGMATRIZ.COM.BR	10/12/2024	1.088,10
4	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS – ME)	23/10/2024	1.300,00
5	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	2.782,40
6	IV	CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA	17/10/2024	1.019,90
7	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	999,00
8	IV	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	1.775,00
9	IV	SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME	17/10/2024	1.520,00
10	V	NOTA FISCAL 1596 - BEMESTAR PROD. PARA IND. LAR LTDA	22/10/2024	956,32

Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.

Objeto 3 - ARMÁRIO BAIXO COM 02 PORTAS

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	10/12/2024	730,00
2	II	PNCP - FUNDO MUN. PREVIDÊNCIA - SUMARÉ - SP - CONTR. DIRETA 09/2024	12/12/2024	570,00
3	III	WWW.SHOPPINGMATRIZ.COM.BR	10/12/2024	692,10
4	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS – ME)	23/10/2024	500,00
5	IV	ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA	21/10/2024	1.120,00
6	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	1.938,18
7	IV	CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA	17/10/2024	699,90
8	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	679,00
9	IV	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	1.200,00
10	IV	SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME	17/10/2024	1.200,00
11	V	NOTA FISCAL 6400 - DIMAS IND. DE MÓVEIS LTDA	22/10/2024	597,58

Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.

Objeto 4 - GAVETEIRO VOLANTE COM 03 GAVETAS

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	10/12/2024	740,00
2	II	PNCP - COMANDO DA MARINHA - CONTR. DIRETA 90049/2024	11/12/2024	599,00
3	III	WWW.SHOPPINGMATRIZ.COM.BR	10/12/2024	656,10
4	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS – ME)	23/10/2024	500,00
5	IV	ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA	21/10/2024	960,00
6	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	1.548,45
7	IV	CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA	17/10/2024	939,90
8	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	649,00
9	IV	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	1.315,00
10	IV	SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME	17/10/2024	890,00
11	V	NOTA FISCAL 6400 - DIMAS IND. DE MÓVEIS LTDA	22/10/2024	579,15

Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.

Objeto 5 - LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	10/12/2024	793,50
2	II	PNCP - COMANDO DA MARINHA - CONTR. DIRETA 90049/2024	11/12/2024	1.000,00
3	III	WWW.MAGAZINELUIZA.COM.BR	10/12/2024	854,82
4	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS – ME)	23/10/2024	750,00
5	IV	ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA	21/10/2024	2.640,00
6	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	3.072,38
7	IV	CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA	17/10/2024	939,90
8	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	799,00
9	IV	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	2.870,00
10	IV	SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME	17/10/2024	1.230,00
11	V	NOTA FISCAL 171 - SERAPIAO COM. DE UTILIDADES LTDA	19/12/2023	817,00

Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.

Objeto 6 - MESA DE REUNIÃO REDONDA DIAMETRO 1200 MM

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
----------------------	--	--	--	--

PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	10/12/2024	856,55
2	II	PNCP - UNIV. EST. PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO - EDITAL 90024/2024	12/12/2024	600,00
3	II	SIASG - COMANDO DA MARINHA - PREGÃO 00001/2023	12/12/2024	494,00
4	III	WWW.MAGAZINELUIZA.COM.BR	11/12/2024	721,17
5	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS - ME)	23/10/2024	450,00
6	IV	ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA	21/10/2024	1.380,00
7	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	1.548,45
9	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	659,00
10	IV	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	1.360,00
11	IV	SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME	17/10/2024	920,00
12	V	NOTA FISCAL 8046 - OFFICE MAX IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA	19/04/2024	677,97

Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.

Objeto 7 - MESA DE REUNIÃO OVAL

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	10/12/2024	1.468,16
2	II	PNCP - TCE/MG - EDITAL 152/2024	12/12/2024	1.736,92
3	III	WWW.MULTIMIXMOVEISEDECORACAO.COM.BR	11/12/2024	1.735,16
4	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS - ME)	23/10/2024	1.300,00
5	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	3.249,33
8	IV	CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA	17/10/2024	1.932,59
6	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	1.599,00
7	IV	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	2.377,00
8	IV	SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME	17/10/2024	2.900,00
9	V	NOTA FISCAL 30183 - TECNO 2000	22/12/2023	1.355,93

Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.

Objeto 8 - MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 800 X 600 X 730 MM

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	10/12/2024	515,00
2	II	PNCP - PREF. MUN. CARAPICUÍBA - SP - CONTR. DIRETA 131/2024	12/12/2024	380,72
3	II	SIGA - FAETEC - PREGÃO 06/2023	15/10/2024	1.005,06
4	II	SIASG - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - PREGÃO 047/2023	12/12/2024	530,00
5	III	WWW.PREMIATTAMOVEIS.COM.BR	11/12/2024	622,29
6	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS - ME)	23/10/2024	450,00
7	IV	ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA	21/10/2024	1.080,00
8	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	1.005,06
9	IV	CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA	17/10/2024	859,90
10	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	399,00
11	IV	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	963,00
12	IV	SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME	17/10/2024	620,00
13	V	NOTA FISCAL 30183 - TECNO 2000	15/03/2024	422,44

Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.

Objeto 9 - MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1200 X 600 X 730 MM

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	10/12/2024	589,50
2	II	PNCP - PREF. MUN. CARAPICUÍBA - SP - CONT. DIRETA 03/2024	16/12/2024	547,60
3	II	SIASG - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - PREGÃO 02/2023	12/12/2024	789,00
4	III	WWW.SHOPPINGMATRIZ.COM.BR	11/12/2024	557,10
5	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS - ME)	23/10/2024	450,00
6	IV	ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA	21/10/2024	1.280,00
7	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	1.535,50
8	IV	CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA	17/10/2024	1.019,90
9	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	459,00
10	IV	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	1.133,00
11	IV	SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME	17/10/2024	880,00
12	V	NOTA FISCAL 1317 - NELSON ALVES DE MORAES LTDA	24/04/2024	465,00

Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.

Objeto 10 - MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1400 X 600 X 730 MM

PREÇOS DE REFERÊNCIA				
----------------------	--	--	--	--

PREÇO	PARÂMETRO	FORNECEDOR/CONTRATO/ÓRGÃO/FONTE	DATA DE CONSULTA	VALOR ÚNITÁRIO (RS)
1	I	PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	10/12/2024	583,56
2	II	PNCP - PREF. MUN. CARAPICUIBA - SP - CONT. DIRETA 03/2024	12/12/2024	547,60
3	III	WWW.WFSMOVEIS.COM.BR	11/12/2024	455,00
4	IV	A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS – ME)	23/10/2024	580,00
5	IV	ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA	21/10/2024	1.320,00
6	IV	CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	15/10/2024	1.589,44
7	IV	CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA	17/10/2024	1.099,90
8	IV	ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA	15/10/2024	490,00
9	IV	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA	15/10/2024	1.260,00
10	IV	SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME	17/10/2024	990,00
11	V	NOTA FISCAL 29961 - TECNO 2000 IND. E COM. LTDA	22/10/2024	968,52
Obs.: Além dos fornecedores acima, também foram enviados e-mails para diversos outros fornecedores que declinaram de apresentar suas propostas.				

4.1 – Observações acerca dos preços coletados

Objeto 1 - ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS

Os preços coletados em pesquisa realizada no Painel de Preços do governo federal, e no SIGA - RJ (Sistema Integrado de Gestão de aquisições), como também o preço cotado pelo fornecedor A Educadora para este item apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, portanto foram desprezados por indicarem risco de inexecuibilidade;

Já o preço orçado pelo fornecedor CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA para este item, apresentou discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerado excessivamente elevado, portanto foi desprezado por indicar risco de incorrer em sobrepreço.

Foi realizada pesquisa de preços no SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, no entanto não foram localizados preços de aquisição para este item no período de um ano.

Objeto 2 - ARQUIVO PASTA SUSPensa

O preço coletado em pesquisa realizada no Painel de Preços do governo federal para este item apresentou discrepância em relação aos demais preços encontrados, portanto foi desprezado por indicar risco de inexecuibilidade;

Já o preço orçado pelo fornecedor CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA para este item, apresentou discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerado excessivamente elevado, portanto foi desprezado por indicar risco de incorrer em sobrepreço.

Foi realizada pesquisa de preços no SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS e no SIGA - RJ (Sistema Integrado de Gestão de aquisições), no entanto não foram localizados preços de aquisição para este item no período de um ano.

Objeto 3 - ARMÁRIO BAIXO COM 02 PORTAS

Os preços coletados em pesquisa realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas do governo federal, como também o preço cotado pelo fornecedor A Educadora para este item apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, portanto foram desprezados por indicarem risco de inexecuibilidade;

Já os preços orçados pelos fornecedores CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA e SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME para este item, apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerados excessivamente elevados, portanto foram desprezados por indicarem risco de incorrer em sobrepreço.

Foi realizada pesquisa de preços no SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS e no SIGA - RJ (Sistema Integrado de Gestão de aquisições), no entanto não foram localizados preços de aquisição para este item no período de um ano.

Objeto 4 - GAVETEIRO VOLANTE COM 03 GAVETAS

Os preços orçados pelos fornecedores CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA para este item, apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerados excessivamente elevados, portanto foram desprezados por indicarem risco de incorrer em sobrepreço.

Foi realizada pesquisa de preços no SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS e no SIGA - RJ (Sistema Integrado de Gestão de aquisições), no entanto não foram localizados preços de aquisição para este item no período de um ano.

Objeto 5 - LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA

Os preços orçados pelos fornecedores CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA e SM MOVEIS DE ITABORAI LTDA-ME para este item, apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerados excessivamente elevados, portanto foram desprezados por indicarem risco de incorrer em sobrepreço.

Foi realizada pesquisa de preços no SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS e no SIGA - RJ (Sistema Integrado de Gestão de aquisições), no entanto não foram localizados preços de aquisição para este item no período de um ano.

Objeto 6 - MESA DE REUNIÃO REDONDA DIAMETRO 1200 MM

O preço coletado em pesquisa realizada no SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, como também o preço cotado pelo fornecedor A Educadora para este item apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, portanto foram desprezados por indicarem risco de inexecuibilidade;

Já os preços orçados pelos fornecedores ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA, CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA para este item, apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerados excessivamente elevados, portanto foram desprezados por indicarem risco de incorrer em sobrepreço.

Objeto 7 - MESA DE REUNIÃO OVAL

O preço orçado pelo fornecedor CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA para este item, apresentou discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerado excessivamente elevado, portanto foi desprezado por indicar risco de incorrer em sobrepreço.

Foi realizada pesquisa de preços no SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS e no SIGA - RJ (Sistema Integrado de Gestão de aquisições), no entanto não foram localizados preços de aquisição para este item no período de um ano.

Objeto 8 - MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 800 X 600 X 730 MM

O preço coletado em pesquisa realizada no SIGA - RJ (Sistema Integrado de Gestão de aquisições), como também os preços cotados pelos fornecedores ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA, CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA e SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA para este item apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerados excessivamente elevados, e portanto foram desprezados por indicarem risco de incorrer em sobrepreço.

Objeto 9 - MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1200 X 600 X 730 MM

O preço coletado em pesquisa realizada no Portal Nacional de Notas Fiscais, como também o preço cotado pelo fornecedor ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA para este item apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, portanto foram desprezados por indicarem risco de inexecuibilidade;

Já os preços orçados pelos fornecedores ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA, CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA e SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA para este item, apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerados excessivamente elevados, e portanto foram desprezados por indicarem risco de incorrer em sobrepreço.

Foi realizada pesquisa de preços no SIGA - RJ (Sistema Integrado de Gestão de aquisições), no entanto não foram localizados preços de aquisição para este item no período de um ano.

Objeto 10 - MESA TRABALHO RETA DIMENSÕES: 1400 X 600 X 730 MM

Os preços coletados em pesquisa realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e em site especializado na internet, como também o preço cotado pelos fornecedores ELOÍ MOVÉIS DE ESCRITÓRIO LTDA e A EDUCADORA (ROGER EDUARDO DOS SANTOS - ME) para este item apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, portanto foram desprezados por indicarem risco de inexecuibilidade;

Já os preços orçados pelos fornecedores ASTA MOBILI MÓVEIS LTDA, CEJOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CUELLAR TORRES MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA e SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MOVEIS LTDA para este item, apresentaram discrepância em relação aos demais preços encontrados, tendo sido considerados excessivamente elevados, portanto foram desprezados por indicarem risco de incorrer em sobrepreço.

Foi realizada pesquisa de preços no SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS e no SIGA - RJ (Sistema Integrado de Gestão de aquisições), no entanto não foram localizados preços de aquisição para este item no período de um ano.

5 - Análise crítica dos preços coletados e Metodologia

Após a análise crítica dos preços coletados, chegou-se aos valores estimados por item, levando em consideração o desvio padrão, conforme planilhas abaixo:

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - ARMÁRIO ALTO							
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIÇÃO
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO			
ELOÍ MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 1.299,00	R\$ 1.299,00	R\$ 1.606,07	-R\$ 307,07	R\$ 94.290,45	369,23	22,99%
SEAOPEN REFRIG. E MÓVEIS LTDA	R\$ 2.082,00	R\$ 2.082,00	R\$ 1.606,07	R\$ 475,93	R\$ 226.511,74		
SM MÓVEIS	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.606,07	-R\$ 106,07	R\$ 11.250,31		
ASTAMOBILI	R\$ 2.280,00	R\$ 2.280,00	R\$ 1.606,07	R\$ 673,93	R\$ 454.185,01		
CUELLAR TORRES	R\$ 1.307,67	R\$ 1.307,67	R\$ 1.606,07	-R\$ 298,40	R\$ 89.041,07		
PNCP - COMANDO DA MARINHA - CONTR. DIRETA 90049/2024	R\$ 1.499,00	R\$ 1.499,00	R\$ 1.606,07	-R\$ 107,07	R\$ 11.463,45		
www.shoppingmatriz.com.br	R\$ 1.520,10	R\$ 1.520,10	R\$ 1.606,07	-R\$ 85,97	R\$ 7.390,41		
NOTA FISCAL 6400 - DIMAS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	R\$ 1.360,77	R\$ 1.360,77	R\$ 1.606,07	-R\$ 245,30	R\$ 60.170,86		
TOTAL					R\$ 954.303,32		

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - ARQUIVO PASTA							
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIÇÃO
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO			
NOTA FISCAL - 1596 - BEMESTAR PRODUTOS PARA INDUSTRIA E LAR LTDA	R\$ 956,32	R\$ 956,32	R\$ 1.205,29	-R\$ 248,97	R\$ 61.986,06	301,00	24,97%
SEAOPEN	R\$ 1.775,00	R\$ 1.775,00	R\$ 1.205,29	R\$ 569,71	R\$ 324.569,48		
SM MÓVEIS	R\$ 1.520,00	R\$ 1.520,00	R\$ 1.205,29	R\$ 314,71	R\$ 99.042,38		
A EDUCADORA	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.205,29	R\$ 94,71	R\$ 8.969,98		
CUELLAR TORRES	R\$ 1.019,90	R\$ 1.019,90	R\$ 1.205,29	-R\$ 185,39	R\$ 34.369,45		
ELOÍ MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 999,00	R\$ 999,00	R\$ 1.205,29	-R\$ 206,29	R\$ 42.555,56		
PNCP - MPERJ - EDITAL 90024/2024	R\$ 984,00	R\$ 984,00	R\$ 1.205,29	-R\$ 221,29	R\$ 48.969,26		
www.shoppingmatriz.com.br	R\$ 1.088,10	R\$ 1.088,10	R\$ 1.205,29	-R\$ 117,19	R\$ 13.733,50		
TOTAL					R\$ 634.195,69		

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - ARMÁRIO BAIXO									
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIÇÃO		
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO					
PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	R\$ 730,00	R\$ 730,00	R\$ 753,10	-R\$ 23,10	R\$ 533,46	185,14	24,58%		
ASTAMOBILI	R\$ 1.120,00	R\$ 1.120,00	R\$ 753,10	R\$ 366,90	R\$ 134.618,06				
CUELLAR TORRES	R\$ 699,90	R\$ 699,90	R\$ 753,10	-R\$ 53,20	R\$ 2.829,89				
ELOÍ MÓVEIS DE SCRITÓRIO LTDA	R\$ 679,00	R\$ 679,00	R\$ 753,10	-R\$ 74,10	R\$ 5.490,32				
www.shoppingmatriz.com.br	R\$ 692,10	R\$ 692,10	R\$ 753,10	-R\$ 61,00	R\$ 3.720,59				
NOTA FISCAL 6400 - DIMAS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	R\$ 597,58	R\$ 597,58	R\$ 753,10	-R\$ 155,52	R\$ 24.185,43				
TOTAL					R\$ 171.377,74				

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - GAVETEIRO							
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIÇÃO
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO			
PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	R\$ 740,00	R\$ 740,00	R\$ 720,35	R\$ 19,65	R\$ 386,12	171,98	23,87%
SM MÓVEIS	R\$ 890,00	R\$ 890,00	R\$ 720,35	R\$ 169,65	R\$ 28.781,12		
ASTAMOBILI	R\$ 960,00	R\$ 960,00	R\$ 720,35	R\$ 239,65	R\$ 57.432,12		
CUELLAR TORRES	R\$ 939,90	R\$ 939,90	R\$ 720,35	R\$ 219,55	R\$ 48.202,20		
ELOÍ MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 649,00	R\$ 649,00	R\$ 720,35	-R\$ 71,35	R\$ 5.090,82		
A EDUCADORA	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 720,35	-R\$ 220,35	R\$ 48.554,12		
PNCP - COMANDO DA MARINHA - CONTR. DIRETA 90049/2024	R\$ 599,00	R\$ 599,00	R\$ 720,35	-R\$ 121,35	R\$ 14.725,82		
www.shoppingmatriz.com.br	R\$ 656,10	R\$ 656,10	R\$ 720,35	-R\$ 64,25	R\$ 4.128,06		
NOTA FISCAL 6400 - DIMAS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	R\$ 549,15	R\$ 549,15	R\$ 720,35	-R\$ 171,20	R\$ 29.309,44		
TOTAL					R\$ 236.609,84		

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - LONGARINA							
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIÇÃO
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO			
PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	R\$ 793,50	R\$ 793,50	R\$ 898,03	-R\$ 104,53	R\$ 10.926,00	157,41	17,53%

SM MÓVEIS	R\$ 1.230,00	R\$ 1.230,00	R\$ 898,03	R\$ 331,97	R\$ 110.205,74		
CUELLAR TORRES	R\$ 939,90	R\$ 939,90	R\$ 898,03	R\$ 41,87	R\$ 1.753,31		
A EDUCADORA	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 898,03	-R\$ 148,03	R\$ 21.912,14		
ELOÍ MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 799,00	R\$ 799,00	R\$ 898,03	-R\$ 99,03	R\$ 9.806,45		
PNCP - COMANDO DA MARINHA - CONTR. DIRETA 90049/2024	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 898,03	R\$ 101,97	R\$ 10.398,39		
WWW.MAGAZINELUIZA.COM.BR	R\$ 854,82	R\$ 854,82	R\$ 898,03	-R\$ 43,21	R\$ 1.866,89		
NF 171 - SERAPIAO COMERCIO DE UTILIDADES LTDA	R\$ 817,00	R\$ 817,00	R\$ 898,03	-R\$ 81,03	R\$ 6.565,46		
TOTAL					R\$ 173.434,37		

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - MESA REDONDA							
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO			
PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	R\$ 856,55	R\$ 856,55	R\$ 739,12	R\$ 117,44	R\$ 13.790,98	123,57	16,72%
SM IMOVEIS	R\$ 920,00	R\$ 920,00	R\$ 739,12	R\$ 180,89	R\$ 32.719,38		
ELOÍ MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 659,00	R\$ 659,00	R\$ 739,12	-R\$ 80,12	R\$ 6.418,41		
PNCP - UNIV. EST. PAUL. JULIO DE MESQUITA FILHO EDITAL 90024/2024	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 739,12	-R\$ 139,12	R\$ 19.352,98		
WWW.MAGAZINELUIZA.COM.BR	R\$ 721,17	R\$ 721,17	R\$ 739,12	-R\$ 17,95	R\$ 322,02		
NF 8046 - OFFICE MAX IND E COM DE MOVEIS LTDA	R\$ 677,97	R\$ 677,97	R\$ 739,12	-R\$ 61,15	R\$ 3.738,71		
TOTAL					R\$ 76.342,49		

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - MESA OVAL							
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO			
PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	R\$ 1.468,16	R\$ 1.468,16	R\$ 1.735,61	-R\$ 267,45	R\$ 71.530,39	353,41	20,36%
SEAOOPEN	R\$ 2.377,00	R\$ 2.377,00	R\$ 1.735,61	R\$ 641,39	R\$ 411.378,99		
A EDUCADORA	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.735,61	-R\$ 435,61	R\$ 189.757,52		
CUELLAR TORRES	R\$ 1.932,59	R\$ 1.932,59	R\$ 1.735,61	R\$ 196,98	R\$ 38.800,46		
ELOÍ MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 1.599,00	R\$ 1.599,00	R\$ 1.735,61	-R\$ 136,61	R\$ 18.662,75		
PNCP - TCE/MG - EDITAL 152/2024	R\$ 1.736,92	R\$ 1.736,92	R\$ 1.735,61	R\$ 1,31	R\$ 1,71		
NF 30183 - TECNO2000	R\$ 1.355,93	R\$ 1.355,93	R\$ 1.735,61	-R\$ 379,68	R\$ 144.158,17		
www.multimixmoveisedecoracao.com.br	R\$ 1.735,16	R\$ 1.735,16	R\$ 1.735,61	-R\$ 0,45	R\$ 0,20		
TOTAL					R\$ 874.290,21		

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - MESA 800							
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO			
SIASG - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA P.E. 047/2023	R\$ 530,00	R\$ 530,00	R\$ 492,43	R\$ 37,57	R\$ 1.411,41	94,84	19,26%
PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	R\$ 515,00	R\$ 515,00	R\$ 492,43	R\$ 22,57	R\$ 509,35		
ELOÍ MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 399,00	R\$ 399,00	R\$ 492,43	-R\$ 93,43	R\$ 8.729,40		
PNCP - PREF. MUN. CARAPICUIBA/2P - CONTR. DIR. 131/2024	R\$ 380,72	R\$ 380,72	R\$ 492,43	-R\$ 111,71	R\$ 12.479,40		
SM MÓVEIS	R\$ 620,00	R\$ 620,00	R\$ 492,43	R\$ 127,57	R\$ 16.273,79		
A EDUCADORA	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 492,43	-R\$ 42,43	R\$ 1.800,41		
www.premiattamoveis.com.br	R\$ 622,29	R\$ 622,29	R\$ 492,43	R\$ 129,86	R\$ 16.863,29		
NF 30183 - TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R\$ 422,44	R\$ 422,44	R\$ 492,43	-R\$ 69,99	R\$ 4.898,78		
TOTAL					R\$ 62.965,83		

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - MESA 1200							
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO			
SIASG - INST.FED. EDUC.,CIENC.TEC.DO SUL DE MG - P. E.002/2023	R\$ 789,00	R\$ 789,00	R\$ 643,87	R\$ 145,13	R\$ 21.063,68	153,15	23,79%
PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	R\$ 589,50	R\$ 589,50	R\$ 643,87	-R\$ 54,37	R\$ 2.955,73		
PNCP - PREF.MUN. CARAPICUIBA - SP - CONTR. DIRETA 003/2024	R\$ 547,60	R\$ 547,60	R\$ 643,87	-R\$ 96,27	R\$ 9.267,27		
A EDUCADORA	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 643,87	-R\$ 143,87	R\$ 20.697,62		
SM MÓVEIS	R\$ 880,00	R\$ 880,00	R\$ 643,87	R\$ 236,13	R\$ 55.758,95		
www.shoppingmatriz.com.br	R\$ 557,10	R\$ 557,10	R\$ 643,87	-R\$ 86,77	R\$ 7.528,45		
TOTAL					R\$ 117.271,71		

ANÁLISE DO DESVIO PADRÃO - MESA 1,40							
FORNECEDOR	PREÇOS ORÇADOS	DESVIO APURADOS ENTRE O PREÇO E A MÉDIA ARITMÉTICA DA AMOSTRA			DESVIO APURADO (PREÇO-MÉDIA) ²	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
		PREÇO	MÉDIA	DESVIO			
PAINEL DE PREÇOS - MEDIANA	R\$ 583,56	R\$ 583,56	R\$ 910,50	-R\$ 326,94	R\$ 106.886,49	225,42	24,76%
SM MÓVEIS	R\$ 990,00	R\$ 990,00	R\$ 910,50	R\$ 79,51	R\$ 6.321,05		
CUELLAR TORRES	R\$ 1.099,90	R\$ 1.099,90	R\$ 910,50	R\$ 189,41	R\$ 35.874,25		
NF 29961- TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R\$ 968,52	R\$ 968,52	R\$ 910,50	R\$ 58,03	R\$ 3.366,90		
TOTAL					R\$ 152.448,69		

O intuito desta manifestação é demonstrar os fundamentos da metodologia **tratamento estatístico e análise crítica dos preços coletados** que foi adotada no âmbito do presente processo, conforme consta na Matriz de análise do desvio padrão.

Num primeiro momento, foi analisado se algum preço apresentado por fornecedor fugia à realidade observada no mercado.

Após a análise crítica dos dados, definiu-se o estimador do preço de referência, conforme as melhores práticas da estatística descritiva.

O uso da **média**, em vez da mediana, frequentemente resulta em melhores estimativas quando uma base homogênea está sendo utilizada. O uso da **mediana**, em vez da média, frequentemente resulta em melhores estimativas quando uma base heterogênea está sendo utilizada. A **escolha sempre se dará em função do coeficiente de variação (CV) obtido**.

Isso porque, o coeficiente de variação é a métrica utilizada para avaliar a dispersão dos dados, a partir do qual é possível observar a homogeneidade de uma amostra, vez que quanto menor o CV obtido, mais homogêneo o conjunto de dados analisado. Cumpre esclarecer que, conforme literatura estatística, uma amostra de dados possui uma dispersão aceitável (ditas como baixa e média) quando seu Coeficiente de Variação não ultrapassa os 25% (Brasil, 2017).

Já o **menor preço** só deve ser utilizado em situações de mercado restrito ou desde que justificado, conforme Acórdão TCU nº 1850/2020.

Em conclusão, entende-se que a metodologia adotada é adequada e razoável, pois afasta os riscos de ineficiência e de mau investimento dos recursos públicos, homenageando os princípios da eficiência administrativa e da economicidade.

6 - Metodologia da Pesquisa de Mercado

Conforme art. 30 do decreto estadual 48.816/2023, o presente relatório de pesquisa de mercado, para a obtenção do preço de referência para a contratação, valeu-se da metodologia de avaliação dos preços por menor preço.

7 - Orçamento Estimado da Contratação:

Posteriormente a pesquisa de preços e análise dos preços coletados obteve-se o orçamento estimado da contratação no valor de **RS 3.037.209,43 (três milhões, trinta e sete mil, duzentos e nove reais e quarenta e três centavos)** por meio da média, conforme memória de cálculo abaixo:

Item	Quantidade	Preço unitário Estimado	Total
ARMÁRIO ALTO	385	RS 1.606,07	618.336,95
ARQUIVO PASTA	312	RS 1.205,29	376.050,48
ARMÁRIO BAIXO	298	RS 753,10	224.423,80
GAVETEIRO	659	RS 720,35	474.710,65
LONGARINA	280	RS 898,03	251.448,40
MESA REDONDA	212	RS 739,12	156.693,44
MESA OVAL	10	RS 1.735,61	17.356,10
MESA 800	455	RS 492,43	224.055,65
MESA 1200	516	RS 643,87	332.236,92
MESA 1400	398	RS 910,50	362.379,00
		VALOR TOTAL ESTIMADO	3.037.209,43

8 - Conclusão

Diante de todo o exposto, conclui-se com os preços referenciais aferidos que retratam o preço praticado no mercado público em relação ao objeto aqui cotado.

ANEXO V

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL		Licitação por Pregão Eletrônico Nº 002/2025 A Realizar-se em ___ de ___ de 2025 às 10hs. Processo n.º N° SEI-030002/008229/2024						
A firma ao lado mencionada propõe ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do EDITAL nº 002/2025		CARIMBO DA FIRMA						
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca Oferec.	Preço COM ICMS (RS)		Preço SEM ICMS (RS)	
					Unitário	Global	Unitário	Global
		Valor total estimado em R\$ _____						
OBSERVAÇÕES: - Esta PROPOSTA deverá: 1ª - Ser elaborada e enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formulário específico, o qual deverá ser corretamente preenchido. 2ª - A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada. 3ª - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público ou anulada por ilegalidade, depois da devida fundamentação, assegurado o contraditório e a ampla defesa dos interessados.		Prazo de Entrega: 10 dias Validade da Proposta: Preços Válidos por 60 (sessenta) dias Local da Entrega: Unidades do DEGASE. Declaramos inteira submissão ao presente Termo e a legislação vigente. Em ____/____/____. _____ Firma Proponente CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____						